



A incorporação do debate étnico-racial no curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto

The incorporation of ethnic-racial debate in the social work course at the federal university of Ouro Preto

Mariana Monteiro Vieira*

 <https://orcid.org/0009-0002-8546-5407>

Claudio Henrique Miranda Horst**

 <https://orcid.org/0000-0002-2226-4520>

RESUMO

O presente artigo recupera a processualidade histórica da incorporação da questão étnico-racial no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto desde a sua fundação até 2022. Metodologicamente, trata-se de pesquisa documental, bibliográfica e de campo com abordagem quali-quantitativa, ancorado no materialismo histórico-dialético. Os dados foram organizados a partir da técnica de análise de conteúdo, após aplicação de questionário a docentes, discentes e egressos/as do curso. Os resultados revelam três grandes momentos: 1) a ‘negação’ e/ou inexistência do debate; 2) as primeiras aproximações e a demarcação de sua importância; 3) a legitimação do debate e a aposta no currículo antirracista como pressuposto de uma formação condizente com o projeto ético-político.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Profissional; Questão Étnico-Racial; Serviço Social; UFOP.

ABSTRACT

This article recovers the historical process of incorporating the ethnic-racial issue into the Social Work course at the Federal University of Ouro Preto from its foundation until 2022. Methodologically, it involves documentary, bibliographic and field research with a qualitative-quantitative approach, anchored in dialectical historical materialism. To analyze the data, the content analysis technique was used, after applying a questionnaire teachers, students and graduates of the UFOP Social Service course. The results reveal three major moments: 1) the ‘denial’ and/or non-existence of the debate; 2) the first approaches and the

*Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Mariana, Brasil). Assistente Social do Cruzeiro Esporte Clube (CEC-SAF, Belo Horizonte, Brasil). E-mail: marimonteirov@gmail.com

**Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Mariana, Brasil). E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p89-104

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

demarcation of their importance; 3) the legitimization of the debate and the commitment to the anti-racist curriculum as a prerequisite for training consistent with the ethical-political project.

KEYWORDS

Training; Ethnic-Racial Issue; Social Work; UFOP.

Introdução

O artigo é fruto da pesquisa que teve como objetivo principal analisar o processo de incorporação da questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com a finalidade de identificar avanços, limites e possibilidades. Partindo das sínteses realizadas a partir de a) revisão de literatura; b) análise de documentos; e c) bem como entrevistas com sujeitos/as envolvidos/as na formação ao longo da história do curso, buscamos identificar desafios no que tange às discussões sobre as relações étnico-raciais no referido curso, bem como a importância desse debate para contínua construção do projeto de formação profissional crítico do Serviço Social brasileiro.

Ao apresentarmos os elementos históricos que possibilitaram o avanço no próprio curso — a partir da experiência de docentes, discentes e assistentes sociais egressos — compreendemos que tal processualidade histórica é fruto de um movimento amplo e construído nacionalmente pelo movimento negro, pelas assistentes sociais negras, bem como pelas entidades representativas da profissão (Fornazier, 2021).

Portanto, para além de esforços e compromissos individuais, compõe e fomentam coletivamente a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Ora, a luta contra a dominação de classe se torna esvaziada e fragmentada quando não há compreensão das categorias raça/etnia como um dos elementos determinantes da estruturação desse modo de produção e reprodução social baseado na exploração, dominação e opressão da classe trabalhadora.

Nessa direção, diante dos limites e desafios vislumbrados na profissão, mais do que nunca, reivindica-se um perfil profissional que seja capaz de analisar a realidade alinhada/o à perspectiva da totalidade social, além disso, que sejam capazes de responder às necessidades socialmente postas, por isso, ressalta-se a importância de fundamentos críticos.

Assim sendo, é preciso evidenciar que a questão étnico-racial é tão histórica quanto atual, o que demonstra a necessidade de ser investigada e analisada na formação em Serviço Social. Para além da compreensão da raça e do racismo como estruturantes da sociedade brasileira, é fundamental evidenciar a ideologia e ações da branquitude, bem como seus desdobramentos nas relações sociais brasileiras. Ou seja: Como a questão étnico-racial em suas diversas manifestações, e não restrita à população negra, perpassa e impacta a profissão, a vida dos/as sujeitos/as racializados/as no país e continuam sendo mantidas e reatualizadas pela branquitude?

Sendo assim, compreendemos que a existência do mito da democracia racial, concomitantemente à ausência e invisibilização do debate em todas as esferas da sociedade, inclusive na formação em Serviço Social, nos coloca como urgente o estudo e o

ensino de tais questões. Ora, enquanto uma profissão que demanda intervenção na realidade social é preciso partir do pressuposto de que no Brasil, a questão étnico-racial estrutura a “questão social”, e não é dela decorrente (Gonçalves, 2018; Souza, 2020; Elpídio, 2020).

Este artigo apresenta parte da síntese dos dados de pesquisa documental, bibliográfica e de campo, com abordagem quali-quantitativa, ancorado no materialismo histórico-dialético. Os dados foram organizados a partir da técnica de análise de conteúdo, após aplicação de questionário a docentes, discentes e egressos/as do curso.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de questionário semiestruturado enviado por e-mail, canal utilizado também para contato com as/os entrevistadas/os, quanto para o envio do questionário. Foi enviado a 5 docentes, 5 discentes e 5 egressos/as do curso de Serviço Social da UFOP sorteados de maneira aleatória em aplicativo virtual. No total, dos/as 15 selecionados/as via sorteio, 12 pessoas responderam.

Conforme resoluções das pesquisas em ciências humanas e sociais e visando garantir o respeito, o sigilo, a confidencialidade e o pleno exercício dos direitos das/os participantes, este projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP¹. Entre pesquisadora e entrevistados/as, todas/os assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

O artigo está estruturado em dois momentos, afora a introdução e as considerações finais. No primeiro tópico recuperamos brevemente a história de constituição do curso de Serviço Social da UFOP, sua trajetória a partir dos projetos pedagógicos e a direção defendida pelas diretrizes curriculares da ABEPSS. Na segunda parte, apresentamos os momentos de incorporação da questão étnico-racial no curso de Serviço Social da UFOP.

As diretrizes curriculares e o curso de Serviço Social da UFOP

O curso de Serviço Social na UFOP foi instituído em 2009, na cidade de Mariana (MG), como fruto e expressão de um conjunto de ações que reordenam o ensino superior no País, voltados contradicoriatamente para a ampliação do acesso e para a mercantilização da educação. É fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programa do governo Lula (2007), que visava à expansão da oferta de cursos de graduação nas universidades federais, junto às mais diversas ações como: modalidade Ensino a Distância (EaD), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Universidade Nova, Universidade Aberta, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Apesar da proposição de expansão da formação universitária, o nexo por trás dessa reestruturação diz respeito à lógica de uma educação mercadológica voltada para a formação precarizada das classes trabalhadoras. Em nosso caso, por exemplo, não foram oferecidas condições mínimas para construção do curso, como espaços físicos adequados e professores minimamente suficientes. Além de outros desafios como campos de estágio em uma cidade com poucas assistentes sociais, e a imposição da modalidade de ensino a distância.

¹ Sob-registro: CAAE: 50651221.8.0000.5150. Número do Parecer: 5.132.330.

Da estrutura curricular inicial implantada constava a oferta de uma disciplina na modalidade à distância, a cada período letivo (perfazendo um total de oito). Segundo a comissão *ad hoc* que elaborou a proposta curricular, a justificativa era realizar um piloto com o curso de Serviço Social já que era permitido os 20% à distância, e dessa experiência poderia se estender para outros cursos. Imediatamente uma questão se colocou: num total de 39 cursos de graduação presenciais, naquela época, inclusive com outros cursos sendo implantados nos três campi da UFOP, por que a escolha do Serviço Social? Outros aspectos na implantação do curso foram observados a exigir análise crítica e urgentes decisões em exíguo tempo e num quadro docente reduzidíssimo: somente dois professores assistentes sociais para o primeiro ano. A alteração curricular era a primeira condição para uma formação adequada às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ao Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão (Carrara, 2017, p. 12).

Assim, em 02 de dezembro de 2008, por meio da resolução nº 3.486, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFOP, em sua 281ª reunião ordinária aprovou-se a criação do primeiro Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFOP, cuja estrutura curricular inicialmente proposta não foi desenvolvida por docentes assistentes sociais. Nesse sentido, logo nos primeiros contatos, docentes que compunham o quadro do curso apresentaram sugestões de alterações diante das diversas lacunas existentes naquele primeiro currículo elaborado pelo comitê da UFOP.

O curso se localiza em território atravessado pelos determinantes sócio-históricos da formação social brasileira — particularmente de Minas Gerais, cuja região dos inconfidentes, outrora sede do poder político-administrativo do estado mineiro no século XVII, reatualiza os fortes traços clientelistas, patrimonialistas, a ideologia do favor que marcaram sua história nos séculos XVII e XVIII. Sua economia permanece tendo na mineração a sua fonte de riqueza e miséria, o que incorre na destruição da natureza, uma forma de manifestação do racismo ambiental de forma exacerbada.

Em relação a esse movimento contraditório, de riqueza de quem explora e pobreza de quem produz, importa evidenciar que isso traduz a produção de misérias decorrente da exploração de homens e mulheres que habitam e participam do desenvolvimento desses territórios, mas não acessam as melhorias proporcionadas pelo seu trabalho e, por vezes, recebem os ônus desse movimento. Por exemplo, a cidade passou por um grande impacto, um crime socioambiental, com o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, pertencente à Samarco, em 05 de novembro de 2015, com a completa destruição do subdistrito de Bento Rodrigues, 19 mortos e centenas de desabrigados/as².

O que as breves aproximações ao surgimento do curso indicam, são desafios que foram colocados desde a sua emergência para a garantia de uma formação profissional comprometida com o nosso Projeto ético-político. Nesses meandros, identificamos que não se apresentava no horizonte a discussão étnico-racial por diversas determinações. Aqui, cabe destacar que os currículos como parte e expressão das disputas colocadas na sociedade e, portanto, nas universidades, são expressões de cada momento histórico. E por isso, se atualizam, avançam, e podem caminhar cada vez mais na direção de fortalecer

²Sobre o racismo ambiental no crime em Mariana, conferir: <https://www.global.org.br/blog/racismo-ambiental-no-desastre-em-mariana/>

um projeto de profissão crítico e direcionada à proposição de transformação da realidade social.

Conforme veremos, a experiência ao longo da formação sinaliza um profundo e importante debate sobre a classe e, de certo modo, um silêncio — salvo raras/os docentes, sobre a questão étnico-racial. O que, na perspectiva crítica alinhada ao projeto de formação profissional, deixa lacunas e inconsistências no exercício profissional. Principalmente considerando uma perspectiva de unidade teórico/prática diante do caráter interventivo da profissão, conforme destaca o núcleo de fundamentação do trabalho profissional das diretrizes curriculares:

O reconhecimento do caráter interventivo do Assistente Social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional (ABEPSS, 1996, p. 13).

Ora, para além dos dilemas e desafios no surgimento do curso, um dos maiores desafios, tanto no que tange ao projeto profissional, quanto ao projeto societário, que persiste até os dias de hoje é a apreensão de que a luta antirracista integra a luta anticapitalista, visto que o racismo funciona como estrutura indispensável à manutenção do modo de produção e reprodução capitalista³. Ou seja, “a experiência contraditória das relações sociais capitalistas torna a raça (a noção ideológica de que a humanidade é dividida em grupos distintos com características imutáveis) uma forma lógica de organização da competição no mercado de trabalho” (Post, 2023, p. 148). Portanto, o racismo não apenas pertence ao capitalismo, como este depende de relações racistas e as reproduz.

Sendo assim, nada mais distante das Diretrizes Curriculares (DC) da ABEPSS, e das indicações contidas neste documento sobre a análise e interpretação das relações étnico-raciais no contexto brasileiro do que negar que a realidade social brasileira consiste em uma totalidade contraditória capitalista, racista, heterossexista e dependente.

Teixeira (2019) sinaliza a importância da apreensão dos fundamentos do Serviço Social como uma articulação indissociável entre os três núcleos de fundamentação das DC⁴, que nos possibilita a análise das diversas determinações da realidade, bem como da questão étnico-racial. Nessa direção, Elpídio (2020, p. 520) evidencia “a questão racial como um dos elementos inerentes à indissociabilidade entre os três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996”.

A autora afirma que a questão étnico-racial não está restrita ao núcleo de formação socio-histórica brasileira, mas, na verdade, atravessa todos os **três núcleos**, por isso, é essencial

³ Isso significa demarcar, conforme destacou Post (2023) que o racismo não é um fenômeno trans-histórico, já que em sociedades pré-capitalistas seres humanos eram diferenciados por outras categorias como religião e parentesco-comunidade. Nos termos do autor: “Não havia necessidade de uma noção de raça nas sociedades pré-capitalistas porque a desigualdade estava inscrita, legal e juridicamente, em relações de classe e assumida como uma condição natural da humanidade. Apenas com o capitalismo e sua pressuposição de igualdade humana é que a desigualdade precisa ser explicada pela noção de raça” (Post, 2023, p. 148).

⁴ O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; O núcleo de fundamentos da formação socio-histórica da sociedade brasileira; O núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

que o Serviço Social trate com a devida responsabilidade e de maneira transversal — ou seja, em todos os componentes que compõem a formação profissional.

O aprofundamento do debate sobre a questão racial nesta direção, pode representar um tambor que ecoa forte! Ora, na batida do surdo de pesar pelo extermínio e silenciamento do povo negro ao longo da sua história. Ora, como repique de exortação e resistência nas encruzilhadas das quebradas, becos, vielas, favelas e quilombos onde se espalham mais de 50% da população que (re)existe neste país. Sendo assim, mediação indispesável para a formação e o trabalho profissional nas suas múltiplas dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) (Elpídio, 2020, p. 250).

Por isso, é preciso fomentar na formação em Serviço Social uma análise, a partir da categoria de *totalidade*, que contemple de modo indissociável a estruturação patriarcal-racista-classista do modo de produção e reprodução capitalista. Portanto, a importância da discussão acerca do projeto de formação de modo articulado à totalidade da vida social está na construção de um perfil profissional com perspectiva crítica, reflexiva e ao mesmo tempo propositiva, ao analisar seu objeto de trabalho — as múltiplas expressões da “Questão Social” — a fim de que ao intervir em determinada realidade, seja capaz de analisar suas particularidades, sobretudo, objetivar e colaborar para a construção de relações sociais calcadas na humanização das/os sujeitos/as.

Princípios tais que determinam os requisitos básicos para uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa enquanto dimensões constitutivas do trabalho de assistentes sociais. No entanto, conforme demonstra Rocha (2014), historicamente a incorporação da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro, apesar da fundamental importância do tema, não alcançaram a notoriedade devida, mesmo após o rompimento com a hegemonia do Serviço Social tradicional. Assim sendo, é preciso construir frentes e meios que colaborem com a superação dessa lacuna.

Resgatando a história: a incorporação da questão étnico-racial no curso de Serviço Social da UFOP

Partimos do pressuposto no presente artigo que a *história* não pode ser reduzida, confundida ou identificada com a *memória* (Netto, 2016). Para trazer, efetivamente, à luz os processos históricos não se pode contar apenas com a *memória*, seja ela coletiva ou individual, ainda que seja parte constitutiva da história da profissão e incida sobre ela, não é elaborada a partir de parâmetros lógicos, racionais e científicos (Netto, 2016).

Nesse sentido, ao mesclarmos na pesquisa as fontes documentais, bibliográficas e as entrevistas⁵, a parte dos dados que ora apresentamos busca uma reconstrução analítica — junto às memórias — dos processos históricos com operações e procedimentos específicos da ciência com vistas a reconstruir a história. Trata-se de uma construção que recupera vivências e pontos de vistas pessoas/coletivos. Constituindo conforme destaca o

⁵ Ao longo da pesquisa as/os participantes foram apresentadas/os a partir do nome de mulheres e homens negros/as que enfrentaram as estruturas racistas: Aqualtune, Dandara, Tereza, Luiza, Carolina, Elza, Lia, Conceição, Ruth, Alcione, Maria, Ivone, Marielle, Érica e Luedji. No presente artigo, os trechos das entrevistas foram sistematizados em sínteses gerais que contribuíram para a delimitação dos três momentos históricos do curso e para o levantamento e apresentação dos marcos. Para conferência do questionário consultar: Vieira (2021).

autor “memórias distintas, e até colidentes, dos mesmos eventos e processos históricos” (Netto, 2016, p. 52).

Inicialmente é importante destacar que essa trajetória — pontualmente recuperada nesse momento — diz respeito à luta de mais de 40 anos de homens e mulheres negros/as que estiveram e estão presente na profissão pautando a luta antirracista. Trata-se dos frutos, resistências e conquistas do próprio movimento negro na sociedade brasileira e de seus impactos no âmbito da profissão, ainda que tardio.

No que tange a particularidade do processo de incorporação do debate sobre as relações étnico-raciais no curso de Serviço Social da UFOP não se trata de um movimento recente, aliás, faz parte de um esforço e reivindicação coletiva das professoras negras que integram o corpo docente do curso desde 2012 e, também, do movimento estudantil organizado pelo Centro Acadêmico do Curso de Serviço Social da UFOP (CASS) Igor Mendes⁶. Dito isso, a partir da pesquisa identificamos *três grandes momentos* da relação do curso com a temática étnico-racial.

O *primeiro momento* revela a inexistência e/ou negação da questão étnico-racial nos anos iniciais (2009–2012). Conforme demonstramos, o curso de Serviço Social da UFOP teve sua primeira turma em 2009, após ter sido criado e aprovado por meio das ações do REUNI demonstrando, assim, diversos motivos pelos quais havia muitas limitações, incluindo a ausência da discussão étnico-racial. Tanto no projeto inicial — elaborado por uma equipe da UFOP — como no primeiro Projeto Pedagógico do Curso (PPC) após a revisão de docentes assistentes sociais, que ainda está vigente⁷.

Ao analisar esse PPC verificamos que apesar de ser mencionada no documento a palavra etnia, não há menção alguma à questão étnico-racial. É importante mencionar isso, pois etnia não é sinônimo de raça. De todos os componentes curriculares dispostos na matriz curricular a abordagem do tema consta em apenas uma disciplina eletiva intitulada “Raça/etnia, Gênero e Sexualidades”. Além disso, não há nas ementas e bibliografias das disciplinas obrigatórias nenhuma menção a questão étnico-racial.

Cabe destacar que entre 2009 e 2012, já haviam sido aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promulgadas em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação. Em decorrência da Lei nº 10.639/2003, que incluiu a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira” nos currículos. E, no ano de 2008, a “História da Cultura Indígena”. Tratou-se de uma resolução que instituiu diretrizes para todos os níveis e modalidades de ensino no país, da educação básica a superior.

Tal dinâmica vai se alterar com o passar dos anos e o preenchimento do quadro docente, quando identificamos o *segundo momento do curso* (2012–2018), compreendido por nós como período das primeiras aproximações e da demarcação da importância da questão

⁶ “A experiência do CASS – Igor Mendes e o enfoque na questão étnico-racial” (Vieira; Santos; Carvalho, 2020) Disponível em: <http://www2.ufac.br/editora/livros/caderno-de-resumos-vi-sefir.pdf>.

⁷ Conforme demonstraremos mais à frente, após a última revisão, desde 2024-1 as/os novos/as discentes estão cursando um novo currículo. Entretanto, as turmas que ingressaram até 2023-2 permanecem na formação vinculada ao currículo anterior.

étnico-racial para a formação de assistentes sociais. Movimento que se dinamiza a partir da presença de três professoras negras no curso, que tiveram como tema de estudo as relações étnico-raciais em suas dissertações de mestrado: Isis Silva Roza (2012), Jussara de Cássia Soares Lopes (2013) e Sheila Dias Almeida (2015).

O primeiro espaço de aproximação orgânica das professoras do curso com o debate étnico-racial na UFOP ocorreu pela participação no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UFOP), a partir de 2012. Trata-se de um Núcleo de ensino, pesquisa e extensão, mas fundamentalmente, de luta antirracista. O NEABI, juntamente com o Coletivo Negro Braima Mané, sempre foram espaços de acolhida e de referência teórica e política no que tange às relações étnico-raciais tanto para estudantes (desde as primeiras turmas do curso) quanto para as professoras negras do curso de Serviço Social da UFOP, que também participaram ativamente desse processo.

Nesse mesmo ano, 2012, ocorreu no curso de Serviço Social a primeira mesa com a temática das relações étnico-raciais, no auditório do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), com a presença de Magali Almeida, Jocelene Ignácio, Angela Brito, Jussara Lopes e Isis Roza, com o tema “Serviço Social e Relações Raciais”, como parte do evento “III Pensando Áfricas e suas Diásporas”, realizado pelo Núcleo Brasileiro de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

Nesse ano, a professora Jussara Lopes também estava vinculada a um projeto de pesquisa sobre mulheres negras no ensino superior e um projeto de extensão (coordenado pela professora Kassandra Muniz do Departamento de Letras), que por meio de oficinas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Mariana, articulava assistência social, questões de gênero e raciais. Também foi proposta, pela primeira vez, a disciplina eletiva intitulada “Raça/etnia, gênero e sexualidades”, no ano de 2014, pela referida professora, antes disso, a disciplina se chamava “Gênero, etnia e alteridade”, mas nunca tinha sido ofertada por nenhum/a docente.

As ações construídas pelas docentes a partir de meados de 2012 articulavam e apontavam a necessidade de o curso incorporar a questão étnico-racial de maneira integral pelo conjunto profissional. Assim, podemos identificar a partir das ações de extensão, dos projetos, dos eventos, da participação no NEABI, da construção da disciplina eletiva um conjunto de frentes que possibilitaram *a primeira aproximação/incorporação orgânica do curso de Serviço Social da UFOP com a questão étnico-racial*.

Embora de forma tardia, foi mais recente que podemos acompanhar um avanço significativo pelo conjunto do curso, demonstrando o terceiro momento (2018–2022), de legitimação do debate e aposta no currículo antirracista. Portanto, a partir do acúmulo histórico, são inegáveis os avanços nos últimos anos, quando a conjuntura na profissão de avanço da temática, bem como a deliberação pela revisão do PPC, possibilitou o debate e o avanço de ações⁸.

⁸ Não podemos ignorar que o quadro fixo de docentes do curso sofreu com muitas alterações ao longo dos anos, a alta rotatividade de professores/as implica, por vezes, em descontinuidades no que se refere à incorporação do debate, pois o quadro efetivo tem mais condições de ofertar temas nos diversos âmbitos da

[...] sobremaneira, após a campanha do último triênio (2017–2020) do conjunto CFESS–CRESS “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” e a continuidade dessa pauta na agenda política das novas gestões do conjunto; das imprescindíveis contribuições da ABEPSS no biênio 2017–2018, a saber: a produção dos “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” e do documento sobre “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate”, e também a continuidade da pauta antirracista na gestão 2019–2020 se expressando, notadamente, em posicionamentos políticos extremamente importantes de denúncia ao racismo estrutural e ainda na organização de debates memoráveis sobre a questão étnico-racial, através do “Projeto ABEPSS ao Vivo” (Fornazier, 2021, p. 98).

Ainda, no que tange à Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), é importante destacar:

Em janeiro de 2020 aconteceu, em Niterói, o primeiro evento a nível nacional organizado pela ENESSO que abordou a questão étnico-racial como centralidade, o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social — A virada agora é preta, ocorreu em comemoração aos 40 anos do Congresso da Virada e, atrelado a isso, a reivindicação de uma virada antirracista no seio da profissão. Dessa maneira, o movimento estudantil do Serviço Social se reuniu, junto às várias intelectuais negras da profissão, para discutir sobre o racismo e fortalecer a luta contra essa prática tanto no Serviço Social, quanto na sociedade em geral (Vieira, 2021, p. 99).

Tais movimentos são sustentados pela compreensão que a “questão social” em sua totalidade, exige um rigoroso debate científico, e, portanto, a compreensão e o aprofundamento, ao longo do curso, sobre o racismo como um elemento estrutural e estruturante das relações sociais na sociedade burguesa. Nesse sentido, além das disciplinas obrigatórias e eletivas reconhecemos a importância de sua demarcação como transversal, de modo que possamos fortalecer uma educação para as relações étnico-raciais numa perspectiva crítica e antirracista. Afinal,

A apropriação das categorias raça e etnia para as análises e reflexões nas ciências sociais é fundamental, sobretudo, no Serviço Social, que atua no âmbito das expressões da “questão social”, que, por sua vez, atingem prioritariamente, na realidade brasileira, as populações negras e indígenas. Nesse sentido, sob a perspectiva da totalidade social, o debate acerca das opressões e exploração de classe não deve ocorrer descolado das determinações étnico-raciais, que são estruturais e estruturantes das relações sociais em todas as esferas da vida social. Compreensão que é fundamental para a articulação com o debate da formação em Serviço Social (ABEPSS, 2018, p. 15).

Nesse sentido, ao considerarmos que a questão étnico-racial se constitui como elemento estruturante das relações sociais, exigindo ser desvendada em sua totalidade, é urgente a materialização no conjunto de disciplinas, atividades, na articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão, eventos, linhas de pesquisas, que possibilitem a superação da secundarização da questão étnico-racial nas formações. Ou seja, uma formação antirracista não pode se resumir a uma disciplina ou somente a um núcleo de fundamentação das diretrizes.

universidade, além disso, há o fato de que por alguns momentos, as professoras que asseguravam o tema, se afastaram para qualificação.

O avanço da incorporação também é sustentado ainda pela deliberação em dezembro de 2014, na Assembleia da ABEPSS, pela inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, bem como de estratégias transversais que tratam sobre a ênfase étnico-racial. Pelas Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos. No âmbito da UFOP, vale destacar as Resoluções CEPE nº 7794 e CUNI nº 2.303, ambas de 2019, que orientam a transversalidade nas estruturas curriculares dos cursos.

É interessante observar, a partir dos dados obtidos nos questionário aplicados às/-aos docentes, discentes e assistentes sociais egressas/os do curso de Serviço Social da UFOP, duas questões centrais, no que diz respeito à formação profissional: a) a denúncia da ausência da discussão sobre as relações étnico-raciais de maneira aprofundada; e b) as potencialidades no âmbito da universidade, constituída pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, que estimulam e materializam a transversalidade da discussão em todo currículo.

Sobre o contato com a temática étnico-racial durante a formação, 100% dos/as discentes afirmaram no questionário terem tido acesso ao debate em salas de aulas, ainda que por vezes, um ‘debate pontual’, um ‘assunto comentado’, mas, pouco aprofundado e não transversal. Citam palestras, articulação com os movimentos sociais, produções teóricas e debates entre as/os discentes, ações de ensino, pesquisa e extensão, o que nos leva a reafirmar que o debate sobre raça/etnia de maneira transversal pode e deve ultrapassar os limites de uma grade curricular, de disciplinas. E que, apesar da ausência formal na grade curricular, as/os discentes e egressos/as sinalizaram diversas disciplinas que trataram do debate, ainda que não de maneira aprofundada ou vivenciada por todas as turmas e discentes. O que sinaliza que mesmo antes da atual revisão, parte das/os docentes já se atentava para incorporar nas disciplinas, mesmo não previsto legalmente.

Nessa direção, é importante então destacarmos o conjunto de frentes, ações, momentos que possibilitaram o avanço no curso em relação à temática nesses últimos anos. A priori, o movimento estudantil em âmbito nacional havia (re)tomado força, devido às ocupações que ocorreram nas Universidades em 2016 contra a PEC do Fim do Mundo⁹.

Na II Semana Didático Pedagógica do curso, no período de 03 a 05 de março de 2020, o processo de revisão do PPC foi deliberada e decidiu-se que essa revisão seria conduzida pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que era composto por parte dos/as docentes do curso e representantes discentes. No entanto, nesse mesmo mês de início da revisão do projeto pedagógico, toda a dinâmica da vida teve que ser repensada devido a confirmação de uma pandemia a nível mundial provocada pelo Sars-Cov-19 (Covid-19).

⁹ Em 2016, por iniciativa do presidente da república Michel Temer, tramitou nas instâncias do legislativo a Proposta de Emenda Constitucional na Câmara dos Deputados como PEC 241 e, no Senado Federal, como PEC 55. Aprovada em 15 de dezembro de 2016 pelo senado federal, a PEC 55 se transformou na Emenda Constitucional Nº 95. A proposta instituiu um novo regime fiscal na esfera dos orçamentos fiscais e da segurança social do Brasil, durante 20 anos. Ou seja, foram estabelecidos limites para os investimentos financeiros nas áreas correspondentes aos gastos primários da União, como a educação, saúde etc. Referência: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>.

A fim de promover a continuidade dos debates e reflexões sobre a realidade social, bem como, manter a relação entre estudantes e universidade, a diretoria do CASS propôs a realização de rodas de conversas virtuais. Foram, ao todo, sete encontros. Vale destacar o “Abrindo Caminhos: trajetórias e contribuições das mulheres negras do Serviço Social” com as assistentes sociais docentes Isis Roza, Jussara Lopes e Sheila Dias, no dia 25 de novembro de 2020. Foram compartilhadas suas trajetórias profissionais como mulheres, negras e intelectuais, falaram sobre as experiências como professoras na UFOP e, enfatizaram a histórica e constante reivindicação do debate sobre raça/etnia e gênero na formação profissional, para que a atuação como assistente social não seja solo fértil para reprodução do conservadorismo, preconceitos e discriminações raciais.

No processo de revisão do PPC, é válido destacar o Grupo de Trabalho (GT) Formação Social Brasileira (2020/2023). Foi no âmbito desse GT que as frentes sobre a questão étnico-raciais foram desenvolvidas. Foram realizados diversos debates coletivos sobre os ementários dos Núcleos de fundamentação das diretrizes da ABEPSS (1996); do PPC do curso; dos textos e relatórios publicados pelo GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” da ABEPSS; levantamentos e debates a partir do levantamento das disciplinas similares em outros cursos.

Foram realizadas oficinas abertas de formação com as professoras Cristiane Sabino (UFSC) e Ana Paula Procópio (UERJ), com o objetivo de debater a importância do estudo sobre a formação social brasileira para a revisão do projeto pedagógico, em especial nos temas: raça, etnia, gênero, sexualidade, questão regional, mineração e realidade brasileira. Além do estudo e debate de textos da professora Maria Helena Elpídio (UFES) sobre a questão racial e a formação profissional.

Após ampla discussão¹⁰, o GT indicou em seu relatório final a incorporação no novo PPC da transversalidade da questão étnico-racial nos componentes e suas ementas, bem como das seguintes disciplinas obrigatórias: Formação Social Brasileira; Racismo Estrutural e Serviço Social; Gênero, Patriarcado, Diversidade Sexual e Serviço Social; Mineração, Questão Regional, e Serviço Social. Como eletivas, o novo currículo contará, para citar algumas: Pensamento Social Brasileiro; Raça, Gênero, Classe e Prática Profissional em Serviço Social; e Produção de Conhecimento, Relações Raciais e Serviço Social.

As disciplinas supracitadas não só possuem como referências autoras/es negras/os como estão indicando em suas ementas a discussão da questão étnico-racial. Além disso, são diversas as outras disciplinas que contarão com autores/as e o debate da questão étnico-racial. Como por exemplo: Acumulação Capitalista e “Questão Social”; Oficina de Extensão II: Formação Socio-histórica e Lutas Sociais no Território; Classes e Movimentos Sociais; Cidadania, Direito e Serviço Social; Ética e Serviço Social, entre outras.

Ademais, importa ressaltar que concomitante a esse processo do PPC, diversas outras ações foram executadas pelo corpo docente no que tange à incorporação do debate sobre raça/etnia ao longo da pandemia, e aqui destacamos três.

¹⁰ O GT foi conduzido pelos/as docentes: Adriana Mesquita, Claudio Horst, Jussara Lopes, Leonardo Nogueira e Rodrigo Ribeiro. Além da colaboração de mais de 15 discentes. As oficinas abertas contaram com a participação de mais de 40 pessoas.

A partir do mês de junho de 2020 foi lançado o Clube de Leitura Diversidade e Convivência, coordenado pela Prof.^a Virgínia Carrara. Os encontros ocorrem mensalmente e vêm debatendo as relações étnico-raciais. Algumas obras discutidas foram: O pequeno manual antirracista, de Djamilla Ribeiro; Série assistente social no combate ao preconceito, produzida pelo CFESS; Olhos D'água, de Conceição Evaristo; No seu pescoço, de Chimamanda Ngozi Adichie; Balada de amor ao vento, de Paulina Chiziane.

No período de 28 de julho de 2020 a 20 de agosto de 2020, foi promovido o Curso de Extensão “Formação social brasileira e lutas sociais: introdução aos estudos feministas e antirracistas”, coordenado pelo Prof. Leonardo Nogueira Alves. Foram realizados oito encontros, dentre eles, dois discutiram diretamente a questão étnico-racial de forma central: o 4º encontro, com o tema “O caráter racista da formação social brasileira e seus desdobramentos no capitalismo dependente” e o 7º encontro que tratou sobre “As lutas antirracistas no Brasil e seus desafios atuais”, mediados pela facilitadora Thays Carvalho, da Escola Nacional Paulo Freire. Mas, importa ressaltar que o debate foi trazido em suas diversas formas nos outros encontros, o que demonstra o avanço no tratamento transversal.

No mês de setembro de 2020 foi ofertado um curso de extensão interinstitucional, desenvolvido pelas professoras Adriana Mesquita (UFOP) e Jussara Francisca de Assis Santos (UFF), voltado para o trabalho de assistentes sociais. O curso intitulado “Estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional”, contou com a colaboração da Professora Jussara Lopes e estudantes bolsistas da UFOP e UFF. O objetivo principal desse projeto foi contribuir para o debate e a construção de estratégias que possibilitem o enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, além de proporcionar a educação permanente.

Além das demais frentes, é importante destacar o amplo rol de publicações das/os docentes que vêm sendo divulgadas/os, as pesquisas que foram e estão sendo realizadas, através das iniciações científicas e trabalhos de conclusão de curso (TCC). Após uma busca dos trabalhos que se referem à questão étnico-racial na biblioteca online de TCCs do curso de Serviço Social, considerando que constam apenas trabalhos a partir de 2014, encontramos 12 trabalhos elaborados entre 2018 e 2021. Não sendo demais reforçar que há TCCs anteriores que debateram sobre raça/etnia, mas não identificamos por questão de indisponibilidade das informações na base digital da UFOP. E os principais assuntos são: *identidade racial, questão racial; racismo; racismo–Brasil; racismo–Minas Gerais; racismo estrutural; racismo institucional; racismo na educação*.

Vale a pena destacar que foi também nesse terceiro momento (2018–2022) que surgiu o Núcleo de Estudos Livre Hermana no curso. O grupo se propunha ao desenvolvimento de estudos e pesquisas que abordam a particularidade da formação social latino-americana e brasileira. Junto a discentes, docentes, sindicalistas, movimentos sociais, assistentes sociais e demais trabalhadores durante alguns anos foram lidos e debatidos autores como José Mariátegui, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Clovis Moura, Darcy Ribeiro, entre outros/as.

Outrossim, é preciso salientar que esta pesquisa abordou principalmente a questão étnico-racial no que tange ao povo negro brasileiro. No entanto, é sabido que o racismo atinge —

embora de diversos e diferentes modos — a todos os povos racializados, ou seja, povos não brancos: africanos, asiáticos, latino-americanos e povos originários. Reafirmamos que não desconsideramos os impactos do racismo para os povos originários de Pindorama e seus descendentes, hoje denominados como povos indígenas, na verdade reivindicamos a sua existência para além da sobrevivência. Reconhecemos que a questão étnico-racial está para além da violência contra o povo negro, reverbera no modo de viver dos povos identificados como inferiores, devido suas características fenotípicas e genotípicas, ao determinarem que tais povos se afastam do ser universal positivo — da branquitude acrítica.

Por isso, cabe destacar que até a presente pesquisa, a presença do debate sobre a questão indígena no curso era praticamente ausente, por exemplo. Movimento que vem se alterando diante das frentes construídas pela professora Raquel Mota Mascarenhas Pataxó — Membra da Wayrakuna, Movimento Plurinacional de Indígenas Mulheres e Líder da Wayrakuna, Grupo de Pesquisa de Indígenas Mulheres —, que também se vinculou ao NEABI-UFOP e à Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas. O projeto de pesquisa, retomada indígena no espaço tempo presente e as frentes do programa de extensão Instituto Koké-Pataxí têm possibilitado o enfrentamento dessa ausência no curso.

Compreendemos que esse pequeno resgate — que não possui condições no presente texto de apresentar todas as frentes, ações, contradições, disputas — resume avanços, desafios, possibilidades e ainda lacunas. Mas, sem dúvidas, avançamos consideravelmente, principalmente se contarmos que parte das ações ainda vêm ocorrendo, o que contribui para reforçar o enfrentamento ao racismo como tarefa coletiva, urgente e imprescindível do Serviço Social brasileiro.

Conclusões

*Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banjo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.
(Conceição Evaristo)*

Sendo o Serviço Social uma profissão inserida na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais, tais dinâmicas influenciam e impactam a formação em Serviço Social. Portanto, ainda que pelo curto espaço do texto, é fundamental ressaltar a formação profissional, compreendendo que os desafios vislumbrados em seu âmbito não se esgotam nela mesma, mas constituem parte da dinâmica da totalidade da vida social no capitalismo.

Salientamos que não nos cabe buscar responsáveis ou criar apontamentos individuais, pois, incorreríamos em reducionismos e, conforme nos foi possível observar nas respostas

e mediante a realidade concreta, todos estes fatores se relacionam a determinantes histórico-sociais. Mas, não podemos perder de vista que as implicações da ausência da discussão sobre raça/etnia na graduação geram consequências para o trabalho de assistentes sociais e, consequentemente, para o enfrentamento ao racismo. Pois, segundo Roseli Rocha (2014, p. 28):

Buscando garantir o exercício profissional crítico e competente frente a violações de direitos por razões de preconceito e discriminação racial, faz-se necessário trazer para o campo da formação profissional o aprofundamento desse debate. Este possibilitará a construção, no interior dessa sociabilidade, de práticas mais efetivas de enfrentamento do racismo, bem como de estratégias que busquem a ultrapassagem da ordem capitalista de exploração/opressão dos sujeitos.

Desse modo, foi possível identificar que o processo de incorporação do debate sobre a questão étnico-racial no curso de Serviço Social da UFOP não é algo recente, individual ou até mesmo descolado de outros movimentos da realidade, principalmente do movimento das profissionais que compõem a profissão nos distintos espaços de construção do conhecimento, de decisão e de deliberação da categoria profissional.

Além disso, constatou-se que a incorporação da questão étnica- racial de maneira efetiva e assumida coletivamente ocorreu tardivamente, e que ainda se encontra em processo de maturação e construção. Consideramos assim, um passo importante na conjuntura atual, os compromissos que o curso assumiu. Sendo preciso acompanhar, bem como fomentar a materialização da *transversalidade e centralidade da questão étnico-racial* na formação profissional, e que ficará a cargo de outras pesquisas analisarem e dos/as sujeitos/as envolvidos/as neste processo potencializarem e criarem condições reais de avanço e efetivação desse debate com vistas a ‘reamanhecer esperanças em nós’.

Referências

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Brasília, DF: ABEPSS, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25–58.

BENTO, Maria A. S. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CARRARA, Virgínia A. Desafios do curso de Serviço Social da UFOP frente 20% em Educação à Distância. **Anais do Encontro Internacional de Política Social**, 5.; **Encontro**

Nacional de Política Social, 12., 5 jun. 2017, Vitória. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16409>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ELPIDIO, Maria H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519–527, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519>. Acesso em: 05 maio 2021.

FORNAZIER, Tales W. M. Serviço Social e Questão Étnico-Racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. **Sociedade em Debate**, v. 27, n. 1, p. 83–100, 2021. DOI: 10.47208/sd.v27i1.2812. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812>. Acesso em: 5 jun. 2022.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514–522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514/37966>. Acesso em: 08 jun. 2022

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral**. 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Acesso em: 10 dez. 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12893. Acesso em: 10 abr. 2021.

NETTO, José P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína de (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

POST, Charles. Marxismo e Questão Racial. In: MACHADO, B. A; SOUZA, F. F. (org.). **Gênero, raça e reprodução social**: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora. São Paulo, SP: Usina, 2023.

ROCHA, Roseli da F. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios**. 2014. 211 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1153327. Acesso em: 18 jun. 2025.

SOUZA, Cristiane L. S. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 373–391, jul./dez. 2020. DOI: 10.34019/1980-8518.2020.v20.32044. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32044/21572>. Acesso em: 11 maio 2021.

TEIXEIRA, Rodrigo J. **Fundamentos do Serviço Social:** Uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

VIEIRA, Mariana M. “**Minha voz, uso pra dizer o que se cala**”?: formação profissional em serviço social na UFOP e a questão étnico-racial. 163 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

Submetido em: 3/3/2025

Revisto em: 8/4/2025

Aceito em: 25/4/2025